

Gênero, família e transmissão geracional na contemporaneidade: o caso das jovens trabalhadoras domésticas

Juliana Nicolau; Ethel Volfzon Kosminsky,
UNESP, SP, Brasil

Resumo

A partir da pesquisa realizada com crianças e jovens trabalhadores domésticos, moradores da cidade de Marília, Estado de São Paulo, este texto busca discutir a formação de identidade de gênero, os modos de socialização familiar e as representações de feminino e masculino no cotidiano, entre as pessoas do universo de nossa pesquisa. Os dados indicam que há mudança nos padrões sociais e nas relações familiares devido ao enfraquecimento do poder autoritário dos pais, à circulação de idéias e modelos de relações mais igualitárias e à valorização das mulheres nas famílias monoparentais. Ainda que os pais tentem transmitir valores e padrões de condutas de gênero estereotipados, aquelas mudanças sociais associadas a outros tipos de socialização alteram a constituição da identidade de gênero das crianças e jovens entrevistados, resultando em diferentes e ambíguas formas de representações de feminino e masculino.

Abstract

Based on a research on children and youth domestic workers, who live in Marilia City, Sao Paulo State, this paper discusses their gender identity, their socialization within their family and their representation of feminine and masculine on the everyday life. The data show that the gender and the family relationship have been changing because of the weakness of the parents' authoritarian power, the new ideas about more equalitarian relationship within the family, and the rising importance of women in single home families. Although the parents continue to pass on old fashioned gender patterns and relationship to their children, those social changes combined with other kinds of socialization influence the gender identity of the interviewed children and youth, and as a result we find different and ambiguous kinds of feminine and masculine representations.

Palavras-chave: identidade de gênero, família, geração, trabalhadores domésticos

Key words: gender identity, family, generation, domestic servants

Introdução

Abordar o universo familiar como local de construção da identidade social de gênero é o que pretendemos com esse texto. Para tanto, apresentamos alguns resultados parciais da pesquisa de iniciação científica, realizada entre 2003 e 2006, com crianças e jovens de idade entre 10 e 17 anos, seus pais e patrões, residentes na cidade de Marília,

Estado de São Paulo. Pesquisa que está sendo ampliada e será a base da nossa dissertação de mestrado.

Esta pesquisa procura abordar as questões de infância, juventude, gênero e geração, que têm caracterizado as vivências de crianças e jovens trabalhadores domésticos. Mostra a literatura que essas concepções são definidas e construídas historicamente e estão vinculadas às relações familiares, estruturando-as.

As nossas bases referenciais de infância e de juventude estão pautadas no pensamento de pluralidade social e cultural dos mundos infantis, de Sarmiento (2005) e dos mundos juvenis, de Duarte (2000). Neste texto utilizamos o termo criança para nos referirmos aos sujeitos de direitos e deveres parciais, que apresentam demandas e necessidades próprias, com idade de até 12 anos e em analogia à palavra jovem, observando a limitação etária de até 17 anos.

Tomamos a palavra geração com um sentido sociológico apontado, por Mannheim (1978), para designar um conjunto de pessoas com proximidade histórica, cultural e etária, entendendo que essas condições não implicam numa mesma experiência e trajetória de vida. Escolhemos a concepção de Scott (1995, p. 14) para quem gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significância às relações de poder”, pela oposição bipolar entre masculino e feminino.

A nossa aceção de representações sociais está baseada na vertente de Weber (1985), que as entende como idéias, influenciadas por diversos fatores, materiais e simbólicos, variantes de acordo com o momento histórico. As representações sociais são constituintes da “visão de mundo” e dão sentidos tanto às ações sociais como às individuais.

Entendemos por família, os membros com relação consangüínea ou afim que residem em uma mesma residência. A família é considerada um dos principais agentes da socialização e da reprodução de valores e padrões culturais dos indivíduos, já que neste espaço se tecem relações que envolvem posições etárias, posições sexuais, produtoras e reprodutoras das representações sociais, que justificam e orientam diversas práticas familiares e sociais. Por isso, neste recorte, abordamos as diferenciações das funções dos dois sexos na esfera privada, nos concentrando nas diferentes maneiras de divisão sexual do trabalho familiar.

O nosso universo de pesquisa é formado, principalmente, por famílias pertencentes às camadas populares, residentes nas periferias e favelas de Marília. Os

*responsáveis*¹ estão na faixa etária entre 30 e 50 anos. São migrantes e trabalhadores assalariados de ocupação manual, como trabalhadores da construção civil, auxiliares de serviços gerais, empregadas domésticas, auxiliares de limpeza e doceiras, um pai estava desempregado por ocasião das entrevistas. Geralmente eles possuem o ensino fundamental incompleto, duas mães têm o ensino médio incompleto e a renda familiar média corresponde a dois salários mínimos. As famílias são compostas por cerca de cinco membros e, em sua maioria, constituem núcleos monoparentais, matrilineares.

Os trechos das entrevistas aqui utilizados referem-se às entrevistas de 18 crianças e jovens, na ocasião com idade entre 10 e 17 anos. Dez dos entrevistados estão na faixa etária entre 15 e 17 anos. Em sua quase totalidade eles são do sexo feminino, dois jovens são do sexo masculino. Geralmente, freqüentam as escolas públicas estaduais e não apresentam uma defasagem na relação idade-série escolar. Mas, encontramos quatro casos de abandono escolar, dois deles justificados pelo estado de gravidez e os outros pela longa jornada de trabalho.

Eles trabalham como empregados domésticos em seu próprio bairro ou em outras localidades. Apresentam uma jornada de trabalho variada, que vai de 4 a 12 horas diária. Recebem remunerações mensais com valores entre 50 reais e um salário mínimo, sem aparente relação com a jornada de trabalho e com a quantidade de tarefas desempenhadas. Os jovens que são empregados por pessoas das camadas médias são melhores remunerados e três deles são beneficiados com o registro em carteira de trabalho, o vale-transporte e a cesta-básica.

A coleta de dados está sendo realizada nas residências das famílias, sempre que permitido em ambiente que garanta a privacidade da coleta, e consiste em conversas informais, aplicação de questionário fechado e de entrevistas semi-estruturadas às crianças e aos jovens, aos seus pais e patrões, separadamente, com a duração de 25 a 30 minutos.

Formação da identidade de gênero: socialização familiar, representações e cotidiano

¹ Utilizamos o termo “responsável” em referência aos adultos que deveriam ser os mantenedores das residências. A escolha desse termo se deve a coexistência de diferentes composições familiares com vínculos consangüíneo ou afim entre os seus membros.

São variados os estudos sobre as transformações na esfera privada e as condições que as originam. Na contemporaneidade, grande parte dos núcleos familiares brasileiros está concentrada na zona urbana e são chefiados por homens. Mas, vem crescendo o número de famílias monoparentais, sobretudo, matrilineares; como também o de compostas por casais homossexuais e recompostas, estas resultantes da união de pessoas separadas e divorciadas (GOLDANI, 1993).

Estas diferentes configurações acabam por contribuir para a construção de uma relação diferente na esfera familiar, que vem modificando a dinâmica dos papéis familiares. Para Montali (2004), a instabilidade do mercado de trabalho, os baixos salários, o subemprego, o desemprego e a diminuição de postos formais de emprego têm lançado as mulheres, os jovens e as crianças, sobretudo, das camadas populares, no mundo do trabalho.

No entendimento de Romanelli (1995), a entrada da mulher (mãe) e dos filhos no mercado de trabalho enfraqueceu parcialmente o comportamento baseado no mando e na obediência, que envolvia a figura paterna, devido à sua posição de provedor familiar e sujeito portador de experiência. Desse modo, para este autor há mudanças significativas tanto nos princípios de autoridade do homem sobre a mulher, como dos mais velhos sobre os mais novos.

Porém, na sociedade e na família contemporânea as classificações etárias, de posições sociais e sexuais permanecem e de acordo com estas categorias direitos e deveres são cobrados, compartilhados, aceitos, negados e redefinidos. Um dos elementos mais presentes em relação à classificação etária é a socialização *tradicional* que se dá do adulto sobre a criança e remete ao processo de instrução, com a finalidade de transmitir hábitos, valores e comportamentos considerados positivos. A passagem a seguir ilustra bem esta situação:

No plano das representações e da vivência cotidiana, a família é o espaço privilegiado de afetos, que incluem relacionamentos íntimos, expressão de emoções e sentimentos. No entanto, a manifestação de afetos fica subordinada às representações acerca da identidade de gênero e ao papel de cada um de seus componentes [...] (ROMANELLI, 1995, p. 9).

Na socialização familiar *tradicional*, a classificação sexual integra a construção social da identidade de gênero na prática cotidiana. Para pensar a construção dessa identidade entre crianças e jovens trabalhadores domésticos, refletimos sobre a maneira como os outros os percebem e a imagem que eles fazem de si. Não pretendemos analisar o comportamento dos pais e o seu reflexo no desenvolvimento dos filhos e sim discutir

a representação dos valores, das idéias e das crenças sobre as relações de gênero pelas crianças e os jovens e os seus *responsáveis*.

Para tanto, entendemos a necessidade de levarmos em consideração duas questões: primeiro, a possibilidade de interpretamos as experiências vivenciadas, as problematizações, as necessidades, as formas de estruturação e as especificidades da infância e da juventude, aspectos que são sócio-culturais sem reduzir a cultura a esses aspectos ou cair em generalizações; segundo, a aplicabilidade às crianças e aos jovens, seres que estão num processo de formação de identidade de teoria de gênero desenvolvida para a análise de adultos, que buscam normalizar, nas meninas e nos meninos, lugares e comportamentos considerados adequados a cada sexo.

Autores como Duveen (1995) e Duque-Arazola (1997) têm evidenciado que, primeiramente, a criança é classificada em termos de gênero por outros, de maneira externa e aos poucos ela vai internalizando essa representação e adquire uma identidade de acordo com as características particulares da sociedade em que está inserida. Sabendo das distintas maneiras que a infância e a juventude são estruturadas por diferentes grupos sociais, indagamos se a dinâmica social permite uma relação, em termos de geração, que transmita valores e identidades de gênero a ser incorporados na íntegra?

A maioria dos pais ou *responsáveis* entrevistados percebe a diferenciação de gênero como natural e resultante das diferenças biológicas e as suas práticas cotidianas estabelecem modelos de tratamentos diferenciados às meninas e aos meninos, para atingir aos seus objetivos de formação de identidade de gênero. Os *responsáveis* entendem que o mais adequado é treinar os filhos para futuramente proverem os lares e as suas filhas aprenderem as atividades domésticas, os cuidados com as crianças e com os idosos do grupo familiar, contudo não apresentam resistência contra elas exercerem atividades remuneradas.

Nas e para as famílias analisadas, tarefas como varrer, arrumar, limpar e lavar compõem a rotina de grande parte das crianças e jovens, principalmente do sexo feminino. Segundo a narrativa de nossas entrevistadas e como constatam outras pesquisas (DAUSTER, 1992), a aprendizagem da execução das tarefas domésticas ocorre por meio de um *treinamento especial*, fornecido e realizado em colaboração com as mães, irmãs, tias e avós, iniciado por volta dos sete anos de idade.

- “quando eu arrumava a cozinha, que eu era menor, tinha que colocar a cadeira na pia (risos). E foi assim que ela (mãe) foi me ensinando, através dela fazendo, ela me ensinava” (Kelly, 16 anos).

A socialização é descrita como um processo de aprendizagem dos procedimentos e modos de agir, de um conjunto de valores e de idéias a serem reproduzidos por meio da observação, da imitação e da modelagem. Nos dados recolhidos notamos a presença de um conjunto de instruções normativas que visam ordenar as condutas de meninos e meninas, rapazes e moças, homens e mulheres. Os pais se representam como os principais agentes socializadores e buscam construir regras, valores e modos de organização, em sua quase totalidade, transmitidas por meio da autoridade ou das relações de poder.

- “Quando eu não queria fazer as coisas, a minha mãe pegava meio no pé. Minha irmã também pegava no pé. Pegava no pé para caramba! (risos)” (Patrícia, 17 anos).

Como nos fazem notar Belotti (1975) e Marin (2005), esta perspectiva dos *responsáveis* os coloca como detentores de autoridade e a família como o meio de conhecimento e de educação das crianças e dos jovens, retirando destes últimos a possibilidade de aprenderem por si próprios, a partir de outras experiências não familiares.

A visão do mundo como uma sucessão de provas, que serão vencidas, caso os futuros adultos aprendam a ser disciplinados, faz com que parte das mães procurem consolidar métodos diretivos que despertem o sentido de resignação, de dever e de esforço nas crianças e nos jovens.

- É, cada um aqui tem uma função. Quando está todo mundo em casa, um limpa o chão, o outro lava a louça, o outro lava a roupa, outro faz a comida. Então é por etapas, desde pequeno, o menorzinho já vai jogando o lixo do banheiro, depois vai crescendo vai lavar a louça, vai crescendo vai limpar a casa [...] Assim eles estão tendo responsabilidade também. Eles começam a já ter certa responsabilidade, a ver que tudo tem uma ordem, tudo tem que ter horário” (Dona Alice, 34 anos).

Quando não trabalham fora, as mães são as principais responsáveis pelas atividades domésticas e com os cuidados pelos filhos. Na ausência delas, as filhas assumem a responsabilidade por aquelas tarefas. Notamos que em respeito da divisão sexual do trabalho familiar, a noção de família nuclear ainda é tomada como o modelo adequado a um desenvolvimento “saudável” dos filhos. Esta representação nos aparece mais com um ideal perseguido do que uma realidade, uma vez que a maioria dos núcleos familiares é monoparental. Comumente, com suas práticas normativas as mães protegem aos meninos e tendem a cobrar mais das meninas o cumprimento das “funções de mulher”, comportamento que às vezes é reproduzidos pelas jovens entrevistadas.

Grande parte das jovens considera significativo o fato de ter sido incentivada a aprender e realizar as tarefas domésticas. Os motivos dessa valorização estão relacionados a imagem da mulher cuidadora com a casa e com os filhos e também a

outras representações como a de que o trabalho precoce evita a criminalidade ou auxilia no acúmulo de experiência e facilita o acesso às oportunidades profissionais no futuro e a desigualdade das responsabilidades de homens e mulheres e a necessidade de contribuição das crianças com o trabalho familiar.

- “Se ela não tivesse ensinado, se eu não tivesse feito nada em casa como eu ia fazer para os outros, né? Eu ia ficar sem saber fazer, não ia nem poder trabalhar” (Izabella, 17 anos).

- “[...] Ah, ela falava assim: o gordo dá uma mãozinha para a sua irmã [...] Aí eu falava: faz o mais fácil. Porque homem já queria fazer as coisas e ir brincar. Ele arrumava as camas, depois eu dava só uma esticada” (Sabrina, 16 anos)

Nesse sentido, o que é representado pelas jovens como algo intrínseco a questão da construção de gênero. Muitas vezes, o que pode parecer obediência, conformação, auto-afirmação são estratégias que velam as relações desiguais, as coerções e as resistências contidas nas relações de gênero. Lembramos que as representações de gênero desencadeiam atitudes como, nos fazem notar Duveen (1995) e Duque-Arrazola (1997, p. 357), a superestimação do próprio grupo sexual e subestimação do grupo sexual oposto, por meio de “assimetrias, hierarquias, significações desiguais do masculino e do feminino”.

Como estratégia de sobrevivência, em determinadas ocasiões, as instruções normativas adquirem um caráter instrumental em que os papéis de gênero são dispersos e “flexibilizados”. Os homens podem ser convocados ou “contribuir” de forma espontânea com o trabalho familiar quando: estão desempregados ou subempregados; a esposa tem uma jornada de trabalho maior do que a dele; o filho mais velho é do sexo masculino; o número de meninas ou moças no grupo familiar é menor do que meninos e rapazes.

- “Eu acho que se [...] ela se atrasa um pouquinho no serviço, se eu estou em casa, eu tomo o meu banho, faço as minhas coisas e vou lá para a cozinha. Eu ajudo a preparar o jantar da gente [...] ou mesmo se ela está aqui cuidando das meninas, conversando aqui, eu a ajudo [...]” (Seu Floriano).

- “Ah, sim! Eu incentivo sim. É necessário porque no caso eu trabalho né? [...] E também no futuro eles podem estudar fora, né? Eles podem ter a esposa deles, ela ficar grávida ou precisa ficar internada ou eles podem ir morar sozinhos também, tem que querer, tem que aprender” (Dona Alice, 34 anos).

Por outro lado, as crianças e os jovens passam o ocupar outros espaços de socialização que privilegiam a aquisição de informações e habilidades, sem o controle total dos *responsáveis*, como a escola e a internet. Além disso, para alguns autores (ROMANELLI, 1995), a família na contemporaneidade não detém um controle total das relações de poder e de autoridade, uma vez que a figura paterna como detentor máximo dessas formas de dominação enfraquece e há uma partilha mais igualitária das decisões.

A hipótese dessas transformações nos levou a supor a existência de mudanças nos modos de transmissão familiar e nos suscita algumas perguntas: os métodos diretivos tradicionais dos pais podem entrar em contradição com as subjetividades das crianças e dos jovens? Como os pais vêm e reagem se os seus filhos apresentam novas formas de comportamento?

Segundo as crianças e os jovens entrevistados, no momento em que eles deixam de atender as expectativas de comportamento de gênero, as estratégias aplicadas pelos pais ou *responsáveis* são distintas, uns usam a punição verbal ou negam algo desejado, outros dialogam ou ignoram, nada fazendo ou dizendo e apenas em um caso foi citado a utilização de punição física.

- “Não acontecia nada, ela não falava nada” (Sabrina, 16 anos).

- “Ela (avó materna) me dava uns tapas. Ela me batia” (Cristiane, 16 anos).

Antes, na família atribuía-se ao homem a tarefa de prover o lar e à mulher os cuidados com a casa e com as crianças. Os dados recolhidos mostram que esse quadro está se modificando com maior participação das mulheres no mercado de trabalho e dos homens no trabalho familiar. As posições de gênero e as relações de poder ainda persistem mais são atenuadas diante das necessidades de sobrevivência, da impossibilidade do exercício dos papéis estereotipados de gênero e da circulação de idéias de modelos e de identidade de condutas sociais mais flexíveis (VAISTMAN, 1997).

Em analogia ao pensamento de Romanelli, Vaistman (1994) entende que a participação feminina em diversas esferas sociais abalou o poder de autoridade do homem e possibilitou a instituição de novos relacionamentos afetivos-sexuais e a articulação de diferentes estratégias, tradicionais e modernas. Desse modo, foi construída uma visão mais ampla da complementaridade dos papéis de gênero na família.

Entre os rapazes, com idade inferior a 16 anos, encontramos percepções de gênero, trabalho e família mais igualitárias e, conseqüentemente uma participação maior no trabalho familiar. Esta participação é explicada pela vivência da prática de outros homens adultos, geralmente o pai. E na ausência deste pela importância que a mulher adquire na família monoparental. Aparentemente, o contexto de modificações dos papéis familiares também é visto para homens e rapazes do universo de nossa pesquisa como novas formas de reciprocidade e de solidariedade que fundamentam e delimitam os que pertencem ou não ao grupo familiar (SARTI, 1996).

- “Porque minha mãe trabalha e não tem tempo para ficar em casa limpando, aí eu a ajudo” (Denis, 15 anos).

Se grande parte dos *responsáveis* age diferentemente de acordo com o sexo dos filhos, nem sempre estes se diferem em suas tarefas familiares em função do próprio sexo. Mesmo quando não incentivados os meninos e os rapazes podem se interessar em compartilhar as tarefas domésticas, como ilustra a fala de uma jovem:

- “Não! Eles fazem porque eles querem. Ele, aqui (irmão), limpa a casa, faz comida, lava a roupa” (Karina, 16 anos).

As meninas e as moças também apresentam uma diversidade de representações das identidades de feminino e masculino. Algumas das entrevistadas incorporam o modelo *tradicional* e os papéis de gênero são afirmados como apropriados e até como uma *segunda natureza*. Outras, aparentemente, não incorporam de forma rígida os papéis sociais associados a cada um dos sexos.

- “[...] lavar uma louça, varrer uma casa, passar um pano, ensinava (mãe) a lavar um banheiro, porque desde pequena tem que aprender as coisas, né? Tem que aprender logo, que depois que casa...” (Bruna, 17 anos).

- “Eu não concordo não, tinha que ser tudo igual, né? Mesmo direito que um homem tem, a mulher também deve ter” (Izabella, 17 anos).

Há ainda casos em que as jovens se colocam contra as idéias de hierarquia entre os homens e as mulheres e da obrigação destas de realizarem as atividades domésticas, procuram defender os direitos da mulher questionando a superioridade masculina e estabelecer relações em que as formas de organização e execução daquelas atividades possam ser negociadas. A medida do possível, elas testam os limites do que é ou não negociável nas representações e práticas das relações de gênero, no seu grupo familiar e construindo novas relações sociais.

- “Ah, eu falo para a minha mãe que eu não gosto de fazer aquilo e pergunto se posso fazer outra coisa. Aí, ela fala: mas quando você casar vai ter que fazer” (Daniele, 14 anos)

- “Antes era uma briga, se alguém não fizesse alguma coisa, aí era uma briga. Nossa, se não fizesse era uma briga! Mas agora a gente sempre conversa”. (Karina, 16 anos)

Se no entendimento dos genitores ou *responsáveis*, as crianças e os jovens são seres dependentes e maleáveis, cuja autoridade e a moral moldam. Para estes últimos se colocam como pessoas com as quais é preciso negociar. Temos a hipótese de que a não aceitação de ordens inquestionáveis é um indicativo das mudanças de distribuição de poder no grupo familiar, fruto da relativa autonomia que mulheres, jovens e crianças

ganharam nas últimas décadas acrescido do fato de que grande parte destas famílias são monoparentais e as mães permitem aos filhos mais diálogo e o privilégio de terem espaço para as suas demandas individuais (Vaistman, 1994).

Tudo indica que as mudanças sociais e culturais que vem ocorrendo nos papéis feminino e masculino interferem no processo de socialização das crianças e dos jovens e reorganizando as suas identidades de gênero, que são diversas. “Essa diversidade reflete o fato de que as representações de gênero podem oferecer recursos para uma multiplicidade de identidades masculinas e femininas” (DUVEEN, 1995, p. 283). E aqui nos perguntamos até que ponto esse processo de socialização ocorre em um único sentido, que vai do adulto para a criança?

Considerações finais

A nossa pesquisa demonstra que as formas de organização familiar podem facilitar ou não a manutenção de papéis tradicionais e estereótipos de gênero. Numa perspectiva intergeracional, constatamos que os pais ainda tratam as meninas e os meninos de forma diferenciada, de acordo com os seus sexos e com as normas sociais tradicionais. Para os responsáveis os meninos não devem partilhar das atividades domésticas porque o mundo privado não lhes pertence, ao mesmo tempo incentivam as meninas a realizarem as tarefas domésticas.

As crianças e os jovens, nem sempre, se diferenciam em relação à divisão sexual do trabalho familiar. Numa relação intrageracional e intersexual, observamos que embora sejam as meninas mais cobradas quanto à realização das atividades domésticas, aparentemente, há uma maior participação masculina. Por diferentes motivos, como se espelharem nas práticas de outros homens ou darem certa significância a realização das tarefas domésticas como forma de reciprocidade e solidariedade com o grupo familiar, os meninos já assumem com certo sentimento de dignidade que contribuem limpando a casa, lavando a louça etc.

Embora os seus pais procurem impor padrões e se coloquem como detentores das normas e condutas daquilo que é permitido às crianças e aos jovens fazerem de acordo com a sua faixa etária e o seu sexo, estes questionam a imposição de limites e as relações de autoridade e variam as posições de gênero. Como o modelo de família se perde em meio as diferentes composições familiares co-existentes e segundo Romanelli (1995) predomina um modelo de família mais igualitário é possível o respeito às

diferenças individuais. Assim, em referência às exigências e às maneiras de divisão do trabalho familiar crianças e jovens, nem sempre, partilham das mesmas perspectivas dos seus familiares.

Independentemente, de sua classificação sexual, as crianças e os jovens de nossa pesquisa representam mais a si mesmos do que a sua família. De um lado, são as “visões modernas de mundo” dos primeiros que marcam as suas posições em respeito às desigualdades de gênero e, por outro, essas desigualdades funcionam como modelador em menor ou maior grau de sua educação. A socialização familiar é importante e tem o objetivo de preparar as crianças e os jovens para o futuro, mas não é determinante na formação da identidade de gênero e das representações de feminino e masculino deles, atores sociais que interagem, negociam e reagem à realidade social.

Por isso, supomos que as gerações são influenciadas pelas ocorrências e transformações macro-históricas sendo que a consolidação da ideologia de gênero está ligada à estrutura hierárquica, do poder e da autoridade que transpõem a unidade familiar.

Bibliografia e fontes consultadas

- BELOTTI, E. G. *Educar para a submissão*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- DAUSTER, T. Uma infância de curta duração: trabalho e escola. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 82, p. 31-36, ago./1992.
- DUARTE, K. Q. ? Juventud o juventudes? Acerca de como mirar y remirar a las juventudes de nuestro continente. *Última década*, n. 13, mar./2000.
- DUQUE-ARRAZOLA, L. S. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. In: MADEIRA, F. R. (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- DUVEEN, G. Crianças enquanto atores sociais: as representações em desenvolvimento. In: GUARESCHI, P. A. JOVCHELOVITCH, S. (ORGS). *Textos em representações sociais*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.
- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Trabalho doméstico, serviços domésticos. In: FARIA, N. e NOBRE, M. (org). *O trabalho das mulheres tendências contraditórias*. São Paulo:SOF, 1999.
- GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos Pagu*: Campinas, n. 1, v.1, p. 67-110, 1993.
- MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M.M & PEREIRA, L. *Educação e sociedade – leituras da sociologia da educação*. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1978.
- MONTALI, E. G. família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. *Revista Brasileira de Ciências*

Sociais, v. 15, n. 42, p. 55-71, fev./2000. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 17.jun.2004.

MONTALI, L. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional dos Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG, de 20-24 de set. de 2004.

POESCHL, G. Representações das diferenças entre os sexos, práticas familiares e relações entre homens e mulheres. *Estudos Goiânia*, v. 30, n. 1, p. 31-49, jan. 2003

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. C. B (org). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação e Sociedade*, v. 26, n. 91, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em: 22.out.2006.

SARTI, C. A. A moral no mundo do trabalho. In: *A família como espelho*. Campinas: Autores Associados, 1996.

VAISTMAN, J. Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 1997.

_____. *Flexíveis e Plurais: Identidade, Casamento e Família em Circunstâncias Pós-Modernas*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, São Paulo: Pioneira, 1985.

WHITAKER, D. *Mulher & homem: o mito da igualdade*. São Paulo: Editora Moderna, 1988.

MARIN, J. O. B. *Crianças do trabalho*. Goiânia: Editora UFG, Brasília: Plano, 2005.